

# Qual o caminho para a

Miguel Sousa Neves

Médico e Presidente da Direcção da Sociedade Portuguesa de Gestão de Saúde

Autor

No passado dia 1 de Fevereiro o Ministro da Saúde anunciou no Parlamento que solicitou uma Auditoria aos dez maiores hospitais portugueses. Informou também que os três mil milhões de dívida poderiam pôr em risco o fornecimento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ao afectar postos de trabalho em empresas fornecedoras do SNS e toda a cadeia de valor da saúde.

O actual Ministro da Saúde é um gestor de excepção que veio para a Saúde num pressuposto de missão porque tinha uma excelente carreira completamente fora do âmbito da saúde e imaginaria com certeza que iria fazer parte de um governo estabelecido no pior cenário económico desde 1974. Sem qualquer experiência neste sector tão específico e de vital importância para a sociedade portuguesa, o Ministro foi escolhido para colocar alguma ordem nas contas caóticas do SNS.

Durante muito tempo se pensou que o orçamento para a Saúde seria inesgotável e que haveria sempre uma verba extra para colmatar um buraco aqui ou ali. Muitos dirigentes das

estruturas de saúde foram escolhidos única e exclusivamente com base no cartão partidário ou em simpatias políticas e/ou pessoais sem que se pensasse no currículo profissional que melhor se adaptaria a funções tão delicadas. Os próprios profissionais de saúde também, na maioria dos casos, não tinham a noção dos custos na área de diagnóstico e tratamento que iam prescrevendo assim como foram sempre olhando para as últimas tecnologias e medicamentos inovadores sem terem uma verdadeira noção do custo para o país. A própria população portuguesa, não sentindo no próprio bolso os custos da saúde que provinham directamente do Orçamento do Estado, estava convencida que para a Saúde haveria sempre dinheiro e que os cuidados a serem prestados tinham que estar à sua disposição logo ali ao virar da esquina. A partir do momento em que o país entrou em falência técnica pela dívida gigantesca que tem e por não ser capaz de se financiar nos mercados como habitualmente e teve que recorrer a um empréstimo excepcional com obrigações extremamente rigorosas, todos começámos a

sentir que iríamos empobrecer. Mais ainda, fomos nos apercebendo que estruturas tão vitais como a Saúde e Educação poderiam vir a ser afectadas de forma negativa.

O que nunca imaginámos é que o buraco financeiro na saúde e no país fosse de uma enormidade tal que poderia pôr em causa tudo o que foi sendo alcançado nas últimas décadas. O fecho tão contestado de algumas urgências há alguns anos atrás passou a ser olhado como uma gota na enormidade de acções que o actual Ministro terá que tomar para tentar evitar o descalabro generalizado nos cuidados de saúde.

A par de uma avaliação séria e rápida dos custos de financiamento de cada estrutura de saúde, especialmente das maiores e mais gastadoras, com o estabelecimento **rigoroso** de programas de reajustamento numa base realista de custo-benefício e custo-efectividade e de se conseguir um *plafond* financeiro mínimo que permita fazer pagamentos de curto prazo a fornecedores, será necessário reformular as equipas directivas de muitas instituições para afastar os incom-

petentes e escolher pessoas capazes, experientes no sector da saúde, com espírito de missão e que acreditem nos pressupostos do governo neste domínio.

O Governo e o Ministro da Saúde terão que saber explicar muito bem os cortes profundos



# Saúde em Portugal?

e as mudanças radicais que irão operar no sector da Saúde.

E por fim, mais que tudo, terão que definir um rumo, um caminho, uma ideia geral, um projecto para a SAÚDE EM PORTUGAL. Enquanto se vão apagando fogos onde eles exist-

tem, vai ser preciso ter uma equipa a trabalhar num programa sério, honesto e realista que diga, primeiro que tudo, que tipo de saúde queremos, que tipo de apoios terão as populações e que financiamento será necessário para o caminho que se irá projectando.

As parceiras público-privadas serão de manter, incentivar ou pura e simplesmente eliminar logo que possível? Os valores que estão a ser pagos a essas empresas pelos actos médico-cirúrgicos terão que ser reajustados à realidade porque em muitos casos eles estão sobrevalorizados porque foram estabelecidos com base em históricos de desperdício e mau

funcionamento das instituições. O Plano Nacional de Saúde e os resultados das várias comissões que vão avaliando o funcionamento dos estabelecimentos hospitalares vão ser postos em prática sem restrições nem alterações de última hora?

A constituição de mais unidades de saúde familiar (USF) fará parte do programa de futuro? Que incentivos serão estabelecidos e que tipo de controlo nos resultados? Qual o tipo de salvaguardas para os casos mais complexos e potencialmente mais dispendiosos? Como incentivar USF em áreas mais pobres e desfavorecidas onde não há uma cultura de prevenção de saúde?

Que lugar para os profissionais de saúde, especialmente médicos, no seu local de trabalho e nos órgãos decisores das Instituições? Como cativar aqueles que trabalham para o SNS para que eles sintam que podem vestir a camisola do Serviço Nacional de Saúde num momento extremamente difícil para todos? Que incentivos para os que produzam com maior eficácia e eficiência? Será que teremos que reduzir cada vez mais o número de administradores/gestores que, não percebendo das

especificidades desta área tão sensível, abundam pelo SNS?

E o sector social que produz trabalho e resultados no sector da Saúde por um preço muito mais baixo do que aquilo que é pago no sector público vai continuar a ser menosprezado? Como poderemos aproveitar estes recursos que estão muito próximos das populações e que actuam em várias vertentes em simultâneo, todas elas essenciais ao bem-estar dos portugueses? Será dada oportunidade ao sector privado para alargar a sua área de influência numa base de sã e leal concorrência?

E, por último, será que poderemos caminhar de uma vez por todas e sem ambiguidades para uma situação de **livre escolha** em que o paciente poderá vir a escolher onde quer ser tratado? Neste caso, os portugueses assumirão a responsabilidade directa do seu destino na saúde e as instituições terão que se tornar ainda mais eficientes para poderem cativar o seu público. E enquanto os melhores serão beneficiados, os piores deixarão aos poucos de poder existir num sistema onde, até agora, é difícil poder distinguir o que é bom daquilo que não serve.

